

ANAIS DA **X MOSTRA CIENTÍFICA** DA FACEM

10^a

MOSTRA CIENTÍFICA

FACULDADE CENTRO MATO-GROSSENSE



ORGANIZADORES:

Antonio Flávio Arruda Ferreira
Anderson Barzotto
Caroline Simões Medeiros
Douglas Sousa do Nascimento
Glaucio Garcia Coutinho
Lucyellen Roberta Dias Garcia
Naiéle Sartori Patias
Valéria Gomes Carvalho
Willian José Bordin da Silva



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL
CLAUDINO FRANCIO



**FACULDADE CENTRO MATO-GROSSENSE
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CLAUDINO
FRANCIO**

**ANAIS DA
X MOSTRA CIENTÍFICA**

Organização

Antonio Flávio Arruda Ferreira

Anderson Barzotto

Caroline Simões Medeiros

Douglas Sousa do Nascimento

Glaucio Garcia Coutinho

Lucyellen Roberta Dias Garcia

Naiéle Sartori Patias

Valéria Gomes Carvalho

Willian José Bordin da Silva

Sorriso, MT, Brasil

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mostra Científica da FACEM (10. : 2023 :
Sorriso, MT)
Anais da 10ª mostra científica Faculdade
Centro Mato-Grossense [livro eletrônico]. --
10. ed. -- Sorriso, MT : Faculdade Centro
Mato-grossense (FACEM), 2021.

PDF

Vários autores.
Vários organizadores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-980136-0-8

1. Educação - Pesquisa 2. Extensão universitária
3. Pesquisa científica I. Título.

23-152937

CDD-370.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Pesquisas 370.72

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

PROMOÇÃO

Fundação Educacional Claudino Francio

Faculdade Centro Mato-grossense (FACEM)

Rua Rui Barbosa, 380, Centro, Sorriso - Mato Grosso – CEP: 78.890-000

<http://www.facem.com.br/>

REALIZAÇÃO

Coordenação de Extensão da Faculdade Centro Mato-grossense - FACEM

Coordenação de Cursos de Agronomia, Direito, Psicologia, Administração, Educação Física (Bacharelado e Licenciatura) e Tecnologia em Estética e Cosmética

EDITORAÇÃO E ARTE

Antonio Flávio Arruda Ferreira

COORDENAÇÃO DA X MOSTRA CIENTÍFICA

Antonio Flávio Arruda Ferreira

Anderson Barzotto

Naiéle Sartori Patias

COMISSÃO ORGANIZADORA DA X MOSTRA CIENTÍFICA

Caroline Simões Medeiros

Douglas Sousa do Nascimento

Lucyellen Roberta Dias Garcia

Willian José Bordin da Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA DA X MOSTRA CIENTÍFICA

Adriana Ester Reichert Palu

Aline Antonioli Schurhaus

Anderson Barzotto

Antonio Flávio Arruda Ferreira

Ariel Diaz Loaces

Bruno Diego Cardozo Alcantara

Camila Michelatto Natt

Carlisi Deponti Carlotto

Caroline Simões Medeiros

Cristiane Izabel Gheno

Damaris Bento Ortencio de Oliveira

Dayanna do Nascimento Machado

Diara Andreia Tiecher Colle

Douglas Sousa do Nascimento

Elaine Lopes Stuaní

Elison Silva de Macedo

Flávio Henrique De Freitas

Gabriella Nelli Monteiro

Geniffer Edite Marcon

Gislaine Aparecida Canolla

Higor Henrique de Albuquerque
Silva

Jacqueline Enequio de Souza

Jéssica Grigoletto

Jiuvani Leal

João Batista Moreira Sobrinho

João Ricardo Gabriel de Oliveira

Juliana Cristina Cavaletti

Jusilei Matick Spada

Kater Edi Jacomasso

Lívia Gimenez Fernandes

Lucyellen Roberta Dias Garcia

Marcelo Da Pieve

Marcos Rogério Mendes

Naiéle Sartori Patias

Patrícia Angelica Garcia Pedreiro
Galvagni

Paulo Roberto Peres Kiihl

Thays Nogueira da Silva

Willian Diego de Almeida

Willian José Bordin da Silva

Os assuntos, dados e conceitos emitidos nestes anais, são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores. A eventual citação de produto e marcas comerciais não significa recomendação de utilização por parte da X MOSTRA CIENTÍFICA.

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Centro Mato-grossense está há 15 anos no município de Sorriso/MT, trazendo educação de qualidade, contribuindo para a formação de profissionais que irão atender as demandas locais e regionais.

A Mostra Científica é um evento de caráter científico e pedagógico, proposto desde 2012, com objetivo de proporcionar a avaliação e aprofundamento teórico-metodológico à comunidade acadêmico-profissional da área. Encontra-se na sua 10ª edição com a publicação dos trabalhos que serão apresentados pelos alunos. O evento visa fomentar a compreensão da pesquisa como atitude investigativa e reflexiva da prática docente e aproximar acadêmicos e docentes dos diferentes cursos.

A Mostra Científica faz uma discussão e reflexão anual dos trabalhos de iniciação à pesquisa científica, desenvolvida no âmbito dos Cursos e áreas como Administração, Agronomia, Direito, Educação física, Psicologia e Tecnologia em Estética e Cosmética, avaliados por professores atuantes na instituição e em programas de Mestrado e Doutorado do estado, da região e ou nacional e pesquisadores dos grupos de pesquisa no estado, que tem fomentado à pesquisa nas diversas áreas.

Assim conforme instruído pelo Ministério da educação iremos contribuir para a construção de uma agenda de eventos científicos nas diferentes áreas, bem como, a qualificação dos trabalhos de pesquisa, a partir da avaliação de parceiros e a troca de experiências entre acadêmicos, professores (do ensino superior ou atuantes em outros setores da área), de forma que estes possam atender as investigações das demandas da formação e atuação no Mato Grosso.

Antonio Flávio Arruda Ferreira
Coordenador da X MOSTRA CIENTÍFICA

SUMÁRIO

1	ADMINISTRAÇÃO.....	08
1.1	ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO EDUCADOR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL EM SORRISO – MT.....	09
1.2	O BUSINESS INTELLIGENCE COMO PRÁTICA ESTRATÉGICA PARA A CONSULTORIA DE GERENCIAMENTO.....	10
1.3	PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL: UMA FERRAMENTA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES.....	11
1.4	IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL DOS PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE SORRISO-MT.....	12
1.5	BUSINESS INTELLIGENCE (BI) NO AGRONEGÓCIO: POWER BI COMO FERRAMENTA DE GESTÃO.....	13
2	AGRONOMIA.....	14
2.1	CONSUMO DE FRUTAS NO NÚCLEO ACADÊMICO DA FACEM.....	15
3	DIREITO.....	16
3.1	CRIMES CONTRA MINORIA: VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA AS MULHERES.....	17
3.2	A INFLUÊNCIA DO SISTEMA PATRIARCAL NA PRÁTICA DO CRIME DE FEMINICÍDIO.....	18
3.3	O DIREITO PENAL APLICADO NO PLANEJAMENTO FAMILIAR, SOB A ÓTICA DA LEI FEDERAL Nº 9.263/96.....	19
3.4	RACISMO E INJÚRIA RACIAL: FORMAS DISTINTAS DE DISCRIMINAÇÃO, ENRAIZADAS NO PRECONCEITO E A IMPRESCRITIBILIDADE DOS DELITOS.....	20
3.5	A EFICÁCIA RESSOCIALIZADORA DO PROJETO MÃO AMIGA NO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.....	21
3.6	REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO ÂMBITO FAMILIAR EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	22
3.7	O LADO OCULTO DA CRIMINALIDADE: DISCURSO E IDENTIDADE.....	23
3.8	PATOLOGIA E IMPUTABILIDADE PENAL.....	24
3.9	A GOVERNAMENTALIDADE DA CIDADE DE SORRISO E A CALAMIDADE PÚBLICA GERADA PELA COVID-19.....	25
3.10	A FAMÍLIA SOB A PERSPECTIVA DA LEI MARIA DA PENHA.....	26
3.11	A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SORRISO NO DECORRER DA EXECUÇÃO PENAL.....	27
3.12	A SUPREMÁCIA DA CONSTITUIÇÃO E A INFLUÊNCIA DA CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL.....	28
3.13	O USO DOS CONCEITOS PSICOLÓGICOS NO DIREITO PENAL.....	29
3.14	ABANDONO AFETIVO: O POSICIONAMENTO DO JUDICIÁRIO E DA DOUTRINA.....	30
3.15	A PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTO PARA RESSOCIALIZAÇÃO: ANÁLISE À LUZ DA RESOLUÇÃO Nº 12/2012 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.....	31
3.16	O NOVO PAPEL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO SISTEMA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	32
3.17	PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS: DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS À EXECUÇÃO.....	33

3.18	REFLEXÕES ACERCA DO ABUSO E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	34
4	EDUCAÇÃO FÍSICA.....	35
4.1	DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PÓS PANDEMIA.....	36
5	PSICOLOGIA.....	37
5.1	QUANDO DÓI “DEMAIS”: FATORES COMPLICADORES DO LUTO.....	38
5.2	CUIDADOS PALIATIVOS: LIÇÕES PARA TODOS, LIÇÕES PARA A VIDA...	39
6	TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA.....	40
6.1	AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE DIREITO DA FACULDADE CENTRO MATOGROSSENSE–FACEM SOBRE A MASKNE E SEUS DESENCADEADORES.....	41
6.2	HÁBITOS DE EXPOSIÇÃO AO SOL E USO DE FOTOPROTEÇÃO ENTRE ACADÊMICOS DA FACULDADE CENTRO MATO GROSSENSE.....	42

**ANAIS DA
X MOSTRA CIENTÍFICA
DA FACEM**



ADMINISTRAÇÃO

**ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO EDUCADOR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIA PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 NA
EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL EM SORRISO – MT**

Ana Carolina Argenton¹; Jaine Dias Barros¹; Silvana Damiani Mokfa¹; Taís Nara Moreira Amarilha¹;
Damaris Bento de Oliveira²; Douglas Sousa do Nascimento²

¹Acadêmico(a) do Curso de Administração da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar através da perspectiva do educador da educação infantil e do ensino fundamental de Sorriso –MT na evolução de aplicação de políticas públicas de novas tecnologia a fim de proporcionar a continuidade do ensino nos anos de 2020 e 2021 dada a pandemia do COVID-19. E ainda buscar mostrar quais as tecnologias que mais auxiliou os docentes no ensino remoto, qual o sentimento que os professores sentiram neste período e identificar se este docente passou por treinamentos adequados. A educação é uma das principais questões dentro do âmbito social, pois ela possibilita a evolução humana e gera as oportunidades. No contexto em que está pesquisa está sendo abordada, o processo evolutivo da pandemia do COVID-19 gerou um problema de saúde grave mundialmente. Portanto, esta pesquisa se justifica a fim de mensurar os impactos sobre a educação de Sorriso –MT e como a educação do município foi afetada pelo COVID-19 na perspectiva dos docentes sobre a aplicação de políticas públicas no auxílio ao enfrentamento da pandemia da coronavírus. A presente pesquisa parte de uma análise descritiva, e para a realização da análise foi aplicado um questionário com 20 questões. O questionário foi aplicado entre os dias 08 de novembro a 12 de novembro de 2021, tendo alcançado 42 professores com a rede pública e privada. Diante das observações e do questionário realizado, foi possível detectar que o ensino remoto envolve não apenas os conteúdos disponibilizados online, mas também o tempo dos professores, a carga horária que acaba sendo ultrapassada, as adaptações que são necessárias por fugir de cronogramas do ensino tradicional. Foi possível verificar o quanto o ensino nas escolas públicas é mais dificultoso do que o nas escolas privadas, visto que as escolas públicas não contam com suportes tecnológicos que poderiam facilitar a comunicação com os alunos. Dessa forma, é preciso estimular a implementação das tecnologias nas escolas, dando aos profissionais da educação suporte para operar os equipamentos, incentivando-os a continuar na profissão tão necessária para a formação de toda a sociedade.

O BUSINESS INTELLIGENCE COMO PRÁTICA ESTRATÉGICA PARA A CONSULTORIA DE GERENCIAMENTO

Jaqueline da Silva Santos¹; Roane Arenhardt Correia¹; Vanessa Vitória Lopes Guimarães¹; Vitória Lopes Mello¹; Bruno Diego Cardozo Alcantara¹; Douglas Sousa do Nascimento²

¹Acadêmico(a) do Curso de Administração da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo geral apresentar o papel do Business Intelligence (BI) na formulação de estratégias para administradores e consultores de gerenciamento empresarial. Como objetivos específicos, o trabalho apresenta conceitos de gestão das organizações, consultoria e a ferramenta Power BI. Assim, destaca-se a importância de um consultor empresarial dentro das empresas, como é notória a mudança que ocorre ao inserir e utilizar a consultoria. Desta forma, o consultor oferece muitos benefícios, soluções, estratégias e mudanças positivas dentro do ambiente de trabalho, desde a contratação até as mais importantes decisões. O consultor oferece uma nova visão sobre o assunto e mudando opiniões e agregando conhecimento às pessoas envolvidas no processo. A gestão está na base de todas as metas e objetivos organizacionais a serem atingidos e esses necessitam de competência técnica, ação, condições físico-financeiras e, sobretudo, habilidades humanas para realizá-las. Para que isso ocorra, o consultor deve estar sempre apto em todos os sentidos, aplicando cem por cento de seu conhecimento e conhecendo bem a empresa onde está entrando, mantendo uma gestão de qualidade. Nesta perspectiva, o Business Intelligence apresenta-se como ferramenta de análise de dados em apoio às práticas do consultor, sendo um software que recolhe e armazena todas as informações achadas na rede, tanto de sistemas internos quanto de sistemas externos, neles estão incluídos jornais, livros, documentos, registros médicos, imagens, entre outros. O consultor de gerenciamento é uma peça fundamental para a boa administração e gestão do negócio, assim, o Business Intelligence oferece apoio, ajudando-o cada vez mais a alcançar a assertividade. Diante de um cenário de mercado globalizado que vivemos, marcado pela alta concorrência e dificuldades enfrentadas pelas organizações, identificou-se que, para uma organização estar no topo, não basta apenas preencher os requisitos de qualidade, mas também de excelência por meio de técnicas inovadoras, sendo o BI uma das mais utilizadas na atualidade como ferramenta de análise e visualização para tomadas de decisão.

PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL: UMA FERRAMENTA DE APOIO A TOMADA DE DECISÕES

Camila de Freitas¹; Felipe José Del Frari de Moraes¹; Matheus Melchior Fenerich Peters¹; Gislaíne Aparecida Canola²

¹Acadêmico(a) do Curso de Administração da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo auxiliar o administrador de empresas na elaboração e utilização do orçamento empresarial como ferramenta de gestão para tomada de decisões mais eficientes. O tema se faz necessário devido a relevância e impacto causado financeiramente em empresas de pequeno ou grande porte. Sabendo da dificuldade de muitos gestores em ter ferramentas consistentes que podem orientar a sua gestão em obter resultados satisfatórios. Para obtenção dos dados foram pesquisadas informações em diferentes artigos científicos relacionados ao assunto utilizando-se de pesquisa bibliográfica, com busca através da internet. Foi construído no artigo as etapas para elaboração de um orçamento, e bases conceituais sobre modelos de orçamentos, métodos utilizados, a importância da formação do cronograma, e as fases da sua estruturação. Entre todos os contextos expostos reuniu-se diferentes formas de construir uma ótima ferramenta de gestão, que pode dar uma base de conhecimento ao administrador para implantação da gestão orientada pelo orçamento. A empresa que elabora seu orçamento, na verdade ela está projetando suas receitas e seus gastos para o crescimento e desenvolvimento futuro, e não está simplesmente efetuando cotações. Uma das funções do orçamento é a união e coordenação de esforços de todos os setores de uma determinada organização. É evidente que muitas empresas não utilizam o orçamento para orientar suas decisões e este é o foco do artigo, sendo empresas de pequeno ou grande porte, o orçamento pode ser um ótimo planejamento estratégico para evoluir os controles e alocação dos recursos. Se você controlar suas finanças as tomadas de decisão serão mais assertivas afetando significativamente a existência e o rumo da empresa.

IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL DOS PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE SORRISO-MT

Ana Paula Dapper¹; Brenda Firmino¹; Marcos William Zambiasi¹; Maria Luiza Nascimento Costa¹; Carlisi Carloto²

¹Acadêmico(a) do Curso de Administração da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A inteligência Emocional, é um conceito psicológico utilizado para designar a capacidade do ser humano em lidar com as suas emoções mostrando como manter o equilíbrio entre emocional e racional. O pensamento linear entre esses dois hemisférios, ajuda a lidar com as adversidades e ajuda na síntese e na ponderação das informações. O ambiente de educacional é um lugar interativo, compartilhado por grupos de indivíduos, que estão em constante troca de conhecimento. Sendo assim, veio o questionamento de como os profissionais da área da educação reagiram emocionalmente devido à falta de contato com seus alunos, ao estresse da pandemia, a adaptação com as aulas interativas durante esse período. Desta forma, o objetivo geral desse trabalho foi entender se os docentes de ensino superior da faculdade Centro mato-grossense (FACEM), tiveram dificuldade na adaptação com as mudanças no método de ensino, e teve como objetivos específicos analisar as dificuldades de adaptação a aula remota, estresse ao decorrer da pandemia, se a Instituição de Ensino ofereceu suporte e por fim analisar como os docentes se adaptaram ao decorrer do período pandêmico. Participaram desse estudo 16 professores de ensino superior da Faculdade Centro Mato-grossense (Facem), sendo 11 (68,75%) docentes que lesionam na área de Ciências humana, 1 (6,25%) que lesiona na área de ciência exatas, 1 (6,25%) que lesiona em ambas as áreas e 3 (18,75%) que não especificaram suas áreas. Com idade entre 26 e 45 anos, e idade média 33 anos. Foi disponibilizado para os docentes um link contendo 13 perguntas, fechadas e abertas. Enfim, foi possível observar que os educadores cumpriram perfeitamente seu papel de educador e se adaptaram e inovaram para administrar suas aulas. Importante também destacar a participação da Instituição de Ensino que deu todo suporte necessários aos professores, ajudando a amenizar o grau de stress gerado pela pandemia covid-19. Concluiu-se que a Inteligência Emocional dos docentes, foi razoavelmente abalada por causa da pandemia, devido as mudanças que ocorreram com seu cotidiano e nos seus métodos de aplicação de aula. Os professores vivenciaram novas formas de ensinar, novas ferramentas de avaliação, precisaram planejar e organizar novas maneiras para poder ensinar no mundo digital.

BUSINESS INTELLIGENCE (BI) NO AGRONEGÓCIO: POWER BI COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Everton Batezini¹; Fernando Gomes Silva¹; Kamilla Lopes Silva¹; Rayana Aparecida Gusmão Pereira¹;
Bruno Diego Cardozo Alcantara²; Douglas Sousa do Nascimento²

¹Acadêmico(a) do Curso de Administração da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar o papel do *Business Intelligence* (BI) no desenvolvimento de análises técnicas para o setor do agronegócio. Além disso, como objetivos específicos, o trabalho apresenta conceitos de gestão estratégica no agronegócio, a importância da ferramenta Power BI para o agronegócio e os benefícios para o setor. O (BI) é um termo abrangente para a tecnologia que possibilita a preparação de dados, mineração de dados, gerenciamento de dados e visualização de dados. As ferramentas e processos de inteligência de negócios permitem que usuários finais identifiquem informações acionáveis a partir de dados brutos, facilitando a tomada de decisão orientada por dados das organizações entre diversos setores do mercado. Além disso, o BI, pode ajudar as empresas a tomar melhores decisões, pois apresenta dados atuais e históricos no contexto dos negócios, incluindo sobre a indústria do agronegócio. Os analistas podem usar o BI para oferecer *benchmarks* de desempenho e concorrência a fim de ajudar empresas a operar de forma mais suave e eficiente. Os analistas também podem identificar tendências de mercado com mais facilidade para aumentar a gestão de vendas ou os lucros. Partindo deste contexto, emerge o agronegócio, um dos setores motrizes na economia nacional. A gestão do agronegócio envolve recursos agrícolas que abrangem desde os fertilizantes, sementes, maquinários, cultivo da área à mão-de-obra e infraestrutura, sendo necessárias práticas de gestão para maior alcance de resultados de alto desempenho. Assim, a gestão estratégica consiste no gerenciamento de todos os recursos de um negócio rural para atingir as metas e os objetivos estabelecidos no planejamento. Desta forma, entende-se que há relação entre a adoção das práticas de gestão estratégica de custos pelas empresas do segmento do agronegócio e suas características, resultando potencialmente no acréscimo do nível de concorrência, atuação no mercado externo por meio de exportações e operações produtivas.

**ANAIS DA
X MOSTRA CIENTÍFICA
DA FACEM**



AGRONOMIA

CONSUMO DE FRUTAS NO NÚCLEO ACADÊMICO DA FACEM

Eliza Maria Peruzi¹; Fernanda de Oliveira Faustino¹; Gustavo Albrecht Figueiredo¹; Anderson Barzotto²;
Antonio Flávio Arruda Ferreira²

¹Acadêmico(a) do Curso de Agronomia da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Diante do aumento da demanda, os setores agrícolas de todos os segmentos têm buscado maneiras de aprimorar equipamentos, técnicas de produção, manejos mais eficientes com produção precoce alinhada com alimentos de boa qualidade para garantir a demanda e a satisfação dos consumidores. No entanto, apesar da conquista deste aprimoramento, pesquisas apontam que a alimentação dos brasileiros apresenta deficiência em nutrientes devido à baixa procura por frutas, verduras e legumes. Diante disso, objetivou-se com essa pesquisa avaliar o perfil de consumo de frutas do núcleo acadêmico da FACEM (Faculdade Centro Mato-Grossense), composta pelos discentes, docentes e colaboradores dessa instituição. A pesquisa foi realizada com o intuito de avaliar o consumo de frutas e perfil de seus consumidores da comunidade da FACEM (Faculdade Centro Mato-Grossense), representadas pelos discentes, docentes e colaboradores. Para o levantamento de dados, um questionário de 24 questões foi disponibilizado entre os dias 05 de outubro de 2021 a 05 de novembro de 2021 na plataforma Google Forms, sendo os dados contabilizados e gerado os gráficos pela mesma plataforma. Como resultado podemos observar a necessidade de palestras e discursos sobre a boa alimentação dentro da instituição, chamando a atenção nos alimentos que possuem benefícios e informando quais frutos podem melhorar a imunidade, dar energia, auxiliar no combate a doenças, etc. O perfil dos entrevistados é de pessoas que estudam e trabalham e/ou que possuem mais de uma jornada de trabalho. Este fato leva a crer que o consumo insuficiente de frutas está relacionado a falta de tempo para adquiri-las em mercados e feiras e para prepará-las. O preço dos alimentos frescos também é um fator determinante: as frutas mais consumidas são nativas do país e, portanto, possuem baixo custo de produção, e conseqüentemente, menor preço para o consumidor final. Portanto, o baixo consumo de frutas também está relacionado ao hábito familiar, as práticas apontadas para o aumento do consumo é que sejam empregadas estratégias de alimentação e educação alimentar, esta é uma das vias que pode ser utilizada, devem se levar em conta que as mudanças de hábitos são muitos complexas, assim, as campanhas devem ser frequente.

**ANAIS DA
X MOSTRA CIENTÍFICA
DA FACEM**



DIREITO

CRIMES CONTRA MINORIA: VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA AS MULHERES

Laura Andrade Belo¹; Eduarda Soccol Chiossi¹; Henrique Bruno Navarros de Jesus¹; Gustavo Henrique Borges da Silva¹; Jusilei Matick Spada Silva²; Jiuvani Leal; Willian Diego de Almeida²; Aline Antonioli Schurchaus²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

O presente trabalho apresenta como foco principal, a análise da atual situação de criminalidade cometida em detrimento das mulheres que sofrem violência doméstica, e como as culturas estruturadas ao longo dos anos, podem vir a influenciar nesse tipo de crime, destacando-se os casos mais críticos dos tempos modernos. Tendo em vista que, hodiernamente, o mundo vivencia um novo cenário desenhado pela emergência sanitária que se instalou em consequência da COVID-19, a pesquisa busca abordar a influência desses fatores no aumento do número de casos registrados como violência doméstica no Brasil. Pelo contexto apresentado, a análise da problematização proposta permeou-se nos estudos transdisciplinares das seguintes áreas: Direitos Humanos, Direito Penal e Psicologia. O trabalho sob enfoque, tem por objetivo geral demonstrar, sob uma perspectiva simplificada e calcada em aspectos jurídicos e sociais, os principais fatores que determinaram o aumento dos casos de violência perpetrada contra mulheres nos últimos anos. Como objetivos específicos, destacam-se dois pontos a serem perscrutados: o primeiro, voltado à análise da influência do período pandêmico, determinado pelo advento da COVID-19 no Brasil, sobre o aumento exponencial de crimes praticados contra mulher. O segundo, de forma pontual, repousa-se na apreciação do diálogo estabelecido entre a prática de violência doméstica e o sistema patriarcal que reduz a mulher a uma posição de inferioridade. Os dados coletados para a elaboração da pesquisa encontram guarida nas fontes bibliográficas extraídas de obras doutrinárias e artigos especializados e atualizados sobre a temática proposta. O método utilizado foi o dedutivo, pois a pesquisa partiu de um processo de análise dos fatores que hipoteticamente podem interferir no aumento de casos de violência doméstica no Brasil, para então se obter uma conclusão acerca da veracidade das informações que se buscam e o que se tem efetivado para a mudança do quadro apresentado. Após estudos realizados pela ONU (Organização das Nações Unidas), a respeito do índice de aumento da criminalidade contra as mulheres, denota-se um novo cenário se formando na pauta de luta pelas mulheres. No Brasil, a recém promulgada Lei Federal n.º 14.188/2021, definiu o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, sendo um importante e necessária medida de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Por intermédio da análise dos dados arraigados à pesquisa científica realizada, somado aos resultados aferidos pelos acadêmicos pesquisadores, chegou-se à conclusão que apesar do conjunto de estratégias de leis elaboradas para conferir amparo às mulheres vítimas de violência, esse grupo ainda permanece à mercê de tais crimes e da própria ineficiência do Estado. Como conclusão, vê-se que não só a agressão física é classificada como violência, sendo, pois, o abuso psicológico, uma das principais práticas perpetradas em face das mulheres, deixando marcas irreparáveis ao longo da história, o que é fruto do sistema patriarcal que por anos se arrasta deixando sua marca. Em tempos de pandemia, não há dúvidas que os abusos praticados em todas as suas modalidades se potencializaram, o que vem a demonstrar o anseio de políticas públicas efetivas que possam conferir respeito e dignidades às mulheres.

A INFLUÊNCIA DO SISTEMA PATRIARCAL NA PRÁTICA DO CRIME DE FEMINICÍDIO

Francisco Pereira de Jesus Freitas¹; Iara Cruz dos Santos de Jesus Freitas¹; Matheus dos Santos Borges¹; Michel Ferreira de Souza¹; Marcos Rogério Mendes²; Lucyellen Roberta Dias Garcia²; Willian Diego de Almeida²; Aline Antonioli Schurchaus²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A violência contra a mulher trata-se de um dos problemas sociais mais graves e difíceis de ser combatido, encontrando-se assente na maioria das culturas, raças e religiões mundo a fora, mormente por advir da herança do Sistema Patriarcal um opressor, misógino e machista calcado em fatores históricos, culturais, sociais, institucionais e familiares. Em que pese o desejo exponencial de mudanças personificado nos tratados de boas práticas assinados, ainda assim se percebe a dificuldade encontrada por diversos países em avançar no processo de mudanças estruturais no tocante ao complexo tema sob enfoque, persistindo, pois, com representações culturais tradicionais e estereótipos atribuídos ao gênero feminino que contribuem para naturalizar as violências sofridas por mulheres e consequentemente responsabilizá-las por sua ocorrência. É sobre este aspecto que a pesquisa se repousará, buscando elucidar formas de reparo aos entraves culturais que dificultam sobremaneira o avanço de políticas públicas de proteção aos direitos da mulher. O objetivo geral do trabalho é promover a reflexão acerca da influência do sistema patriarcal na cultura social e sua contribuição para a prática do crime de feminicídio. Os objetivos específicos, por sua vez, são: a) discorrer sobre a influência do sistema patriarcal na cultura social e sua contribuição para a prática do crime de feminicídio, trazendo o posicionamento doutrinário acerca do tema; b) avaliar o contexto histórico e os principais índices de violência nacional através de coleta de dados estatísticos, a fim de quantificar o índice de feminicídio no Município de Sorriso, Mato Grosso. O trabalho foi elaborado em observância às fundamentações legais que tratam da temática explorada, assim como, o histórico de mudanças dos dispositivos garantistas, seguindo com o estudo bibliográfico. Procedeu-se, outrossim, uma análise quantitativa, através da coleta de dados no âmbito nacional e municipal, tendo como base o município de Sorriso-MT. Com base na análise dos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública infere-se dizer que os casos de feminicídio têm aumentado significativamente e que o Estado do Mato Grosso é líder nesse ranking nacional com o percentual de 3,6% do total de crimes (Nacional 1.350 e MT aproximadamente 48); o Município de Sorriso com base nos dados fornecidos pela Delegacia de Polícia de Sorriso-MT, corresponde ao percentual aproximado de 6,25%. Conclui-se que, apesar dos importantes avanços na legislação pátria, no que tange os direitos e garantias da mulher, ainda se apresentam elevados os indicadores de feminicídios perpetrados em âmbito nacional, estadual e municipal, o que nos leva a refletir que combater algo enraizado na cultura da sociedade não se faz eficaz apenas com criminalização do ato; faz-se mister um processo de desnaturalização da violência contra a mulher e desconstrução da cultura herdada do sistema patriarcal na sociedade.

**O DIREITO PENAL APLICADO NO PLANEJAMENTO FAMILIAR, SOB A ÓTICA DA LEI FEDERAL N°
9.263/96**

Ingrid Oliveira de Almeida¹; Indianara Viviane Santos¹; Natalia Silva de Souza¹; Rayele Cardoso Monteiro¹; Patrícia Garcia Galvani¹; Marcos Rogério Mendes²; Willian Diego de Almeida²; Aline Antonioli Schurhaus²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

O princípio do planejamento familiar encontra-se consagrado tanto em sede legal (art. 1565, §2º do CC de 2002), quanto constitucional (art. 226, §7º da CF/88). De igual forma, está regulamentado na Lei Federal nº 9.263/1996, que assegura a todo cidadão, o planejamento familiar de maneira livre, não podendo o Estado, ou qualquer outro ente que seja impor limites para o seu exercício, em respeito à autonomia privada do indivíduo. A lei ordinária que trata do planejamento familiar está voltada à implementação de políticas públicas de controle de natalidade e da promoção de ações governamentais, que garantam a todos o acesso igualitário às informações e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade. Dentro do exercício do direito ao planejamento familiar, devem ser apresentados todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção que são cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção. A temática relacionada à função reprodutiva dentro do âmbito familiar, não pode se dissociar da análise, pelo direito penal, da liberdade e autonomia corporal da mulher e do homem. O artigo 15 da Lei nº 9.263/96 traz a importância e responsabilidade penal do médico ao realizar procedimento de esterilização em determinadas situações. A problematização da pesquisa, portanto, está contextualizada nos aspectos acima alinhavados. O objetivo geral do trabalho foi demonstrar a importância da Lei de Planejamento Familiar nº 9.263/96, sua aplicação e influência no âmbito do Direito Penal. Como objetivos específicos, destacam-se: a) diagnosticar os problemas que levam às dificuldades da aplicação prática da Lei Federal n.º 9263/96; b) examinar os critérios legais a serem seguidos pelos profissionais médicos para execução da esterilização jurídica. Foi adotado para a pesquisa o método dedutivo, com utilização de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, para obter maior interpretação do texto da lei e sua importância perante a sociedade. Como resultado de todo processo exploratório delineado na pesquisa, chegou-se à conclusão sobre a necessidade de alteração legal em relação à criminalização da conduta do profissional que realiza os procedimentos estabelecidos na Lei Federal 9.263/96, notadamente devido ao baixo índice de conhecimento e fiscalização sobre as condutas ali previstas. Foi notada, outrossim, a importância de se promover maior sensibilização e divulgação das disposições legais ao cidadão, para que internalize o seu escopo e entenda a seriedade das escolhas que interferem no planejamento familiar. Considerando toda a riqueza dos estudos estruturados na pesquisa científica ora apresentada, não restam dúvidas sobre a importância que a Lei Federal n.º 9.263/96 exerce perante a sociedade, já que diz respeito a vários quesitos fundamentais envolvendo o âmbito familiar. Não obstante, pelo fato de a sociedade ter pouco conhecimento acerca da lei, somado à falta de fiscalização pelo Sistema Único de Saúde, a normativa do planejamento familiar acaba não atingindo o escopo almejado. Como exemplo, cita-se o pós-parto onde a paciente venha a autorizar que seja feita a esterilização; em que pese seja um fato muito recorrente na sociedade, tal conduta se encontra expressamente vedada em lei (art.10, § 2º, da Lei n.º 9263/96). Em resumo, concluiu-se que a lei não tem a eficiência esperada.

**RACISMO E INJÚRIA RACIAL: FORMAS DISTINTAS DE DISCRIMINAÇÃO, ENRAIZADAS NO
PRECONCEITO E A IMPRESCRITIBILIDADE DOS DELITOS**

Elivander Somavilla Mattos¹; Fabiane Aparecida Ferreira da Silva¹; Maria Clara Silva¹; Nicollas Schanne Antonio¹; Marcos Rogério Mendes²; Lucyellen Roberta Dias Garcia²; Jiuvani Leal²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A questão racial é objeto de discussões aplicadas na sociedade como um todo e, em especial no âmbito jurídico e fático. Neste contexto, a temática acordada confere origem à inúmeras definições e opiniões, no que se refere à sua forma de aplicação e, ainda, às suas demais acepções. De fato, o racismo ou preconceito racial é o que leva à intolerância e à marginalização, por isso, o conhecimento precisa ser levado à toda a população. Em derradeira reflexão, deve ser esclarecido ponto de polêmica no âmbito jurisprudencial que é a imprescritibilidade dos delitos de racismo e injúria racial, não se olvidando que no Direito Penal, o fator tempo opera efeitos através de três institutos, sendo a prescrição um deles, que se relaciona ao direito estatal de punir. O objetivo geral do trabalho é elucidar questões tangíveis aos crimes de racismo e de injúria racial, baseado em seus conceitos, na legislação, na jurisprudência e seus reflexos no âmbito social e jurídico. Apresentam-se como objetivos específicos do trabalho: examinar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, em especial quanto a imprescritibilidade do crime de injúria racial; b) elucidar e esclarecer as possíveis maneiras de discernir sobre as definições científicas e jurídicas sobre os crimes de racismo e injúria racial; e c) abordar os delitos de racismo e injúria racial à luz da dignidade da pessoa humana. Abordar e analisar, a partir do método dedutivo, os delitos de racismo e injúria racial à luz da dignidade da pessoa humana, o entendimento jurisprudencial firmado pelo Supremo Tribunal Federal e as políticas públicas que visam coibir as práticas desses delitos. Diante do contexto explorado na pesquisa científica, restou possível aferir que as condutas discriminatórias refletidas e expostas na sociedade, contrapõem-se de forma direta ao princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, é notório que o combate à discriminação racial está inserido em um tipo de sistema especial de proteção dos direitos humanos. Tanto é verdade que o legislador e os governantes, motivados pelos conflitos sociais existentes, se encontram empenhados em erradicar esse mal de nossa sociedade e no dever de assegurar o preceito fundamental da dignidade da pessoa humana. Da análise da conjuntura apresentada na pesquisa, foi possível concluir que, apesar dos crimes de racismo e injúria racial serem duas formas de discriminação racial distintas quanto à aplicabilidade e forma de punição, nota-se que essa distinção é muitas vezes imperceptível pela população. Com efeito, os crimes tratados neste trabalho estão presentes e enraizados na cultura brasileira e no cotidiano de inúmeras pessoas que sofrem com o impacto social que tal feito é capaz de gerar. No entanto, foi possível observar a forma com que o mundo jurídico acompanha e reage frente às discriminações. Destacam-se, neste aspecto, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal que passou a reconhecer a imprescritibilidade desse tipo de delito, e a atuação governamental através da instituição de políticas públicas voltadas à sensibilização da sociedade sobre o preconceito e as consequências de seu enraizamento na cultura.

A EFICÁCIA RESSOCIALIZADORA DO PROJETO MÃO AMIGA NO MUNICÍPIO DE SORRISO - MT

Camila Salvatierra Alves¹; Gabrielly Caroline Lima Araújo¹; Ilna Mirelle Rodrigues Climaco¹; Leandro Magalhães da Silva¹; Lucyellen Roberta Dias Garcia²; Marcos Rogério Mendes²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

O Projeto denominado “Mão Amiga” foi criado no dia 22 de novembro de 2020, com a aprovação da Lei Municipal nº 2.974/2019, e tem como principal objetivo a execução de atividades dotadas de cunho ocupacional, profissional e social que oportunizará ao reeducando, privado de liberdade, uma nova chance de retornar à sociedade, ciente de sua responsabilidade social. Esse processo ocorre através do trabalho, seja ele voluntário ou remunerado, que por sua vez pode vir a constituir fonte de renda principal ou complementar para a família do egresso. Para a implementação do projeto, após devida autorização do legislativo municipal, o Poder Executivo firmou termo de acordo de cooperação com a (FUNAC) e com o Conselho da Comunidade da comarca de Sorriso-MT, por meio da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP). Atualmente, o projeto conta com 28 (vinte e oito) reeducandos que trabalham em vários setores públicos da cidade. O trabalho viabilizado ao reeducando através do projeto encontra amparo legal na Lei de Execução Penal, sendo uma alternativa eficaz para o regresso do infrator ao meio social munido de experiência laboral. A pesquisa se estruturou, pois, na análise da aplicação prática do projeto “Mão Amiga” e sua eficácia enquanto instrumento de ressocialização do reeducando. O objetivo principal do trabalho é promover a reflexão, com base nos elementos arraigados à pesquisa, acerca da real eficácia ressocializadora do projeto “Mão Amiga”. Como objetivos específicos, almeja-se: a) elucidar as finalidades, características do projeto e modelo de desenvolvimento; b) explorar, consoante análise do caso concreto, os resultados positivos e negativos do projeto e sua importância enquanto instrumento de inclusão do egresso do sistema penitenciário no mercado de trabalho. O método utilizado para o desenvolvimento desse trabalho foi o indutivo-exploratório, vez que se utilizou da análise de dados extraídos do caso concreto, mediante a realização de entrevista com a magistrada responsável pela condução dos processos de execução penal, Dra. Emanuelle Chiaradia Navarro Mano. Outrossim, foram realizadas pesquisas bibliográficas com destaque à doutrina de ROGERIO GRECCO e ZACARIAS. Foi objeto de análise, ainda, as normativas que regularizam o projeto e seu funcionamento, como a Lei de Execução Penal e a Lei Municipal nº 2.974/2109. Baseado no entendimento das finalidades do projeto “Mão Amiga”, aferiu-se que apresenta resultados satisfatórios quanto ao seu objetivo, uma vez que tem colaborado para que o comportamento do preso se torne melhor; entendeu-se, outrossim, que a atuação do Poder Público ainda é ineficiente quanto ao sistema carcerário. Vale destacar também que, com o funcionamento do projeto, os reeducandos têm a possibilidade de ter a pena reduzida, aumentando, por consequência, as chances de recolocação no mercado de trabalho quando do seu egresso do sistema penitenciário. Considerando toda a abordagem trazida no trabalho, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, sendo a metodologia utilizada adequada aos fins delineados. Com base nos dados analisados em entrevista, foi possível aferir que o Projeto “Mão Amiga”, apesar das críticas e percalços comuns a todos os experimentos, tem conseguido atingir o objetivo da ressocialização, uma vez que na prática vem cumprindo com as atividades propostas, que é a de capacitar os reeducandos em labores que lhe renderão oportunidades de trabalho quando do seu retorno à sociedade.

REFLEXÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA INFANTIL NO ÂMBITO FAMILIAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ana Carolina Guerra Bortoli¹; Joelson Moraes de Almeida¹; Kawany Pereira Nascimento¹; Poliana Monique Firmino Mesadri¹; Lucyellen Roberta Dias Garcia²; Patrícia Garcia Galvani²; Karina Romão Calvo²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Sabe-se que o Estado, com o intuito de proteção de um grupo vulnerável de pessoas que se encontra em fase de desenvolvimento psicossocial, aprovou a Lei Federal n. 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Referida normativa dispõe sobre a proteção integral que deve ser conferida às crianças e aos adolescentes, enfatizando, ainda, que este mesmo público merece proteção não somente do Estado, como também de sua família. Não obstante a completa e elogiada redação estabelecida no Código Menorista, é certo que a pandemia causada pelo novo coronavírus trouxe mudanças significativas no cenário social; por consequência, as relações familiares passaram a reportar ao Estado uma preocupação digna de nota, qual seja, o aumento de casos de violência praticada contra crianças e adolescentes. As reflexões que impulsionaram a elaboração da pesquisa levam à questionamentos que devem ser elucidados; o principal deles, seria o entendimento acerca das reais causas que resultaram no aumento significativo da violência infantil no Brasil, bem como as soluções viáveis e cautelas que devem ser adotadas diante de um caso suspeito de abuso. O objetivo geral do trabalho é analisar, de forma reflexiva, o aumento exponencial dos casos de violência infantil no Estado Brasileiro, no período epidêmico atualmente vivenciado. Os objetivos específicos, por sua vez, são: a) demonstrar o quão importante é a base familiar para a formação da criança, principalmente no período de emergência sanitária que tem determinado o isolamento social e o consequente aumento de casos de abuso infantil; b) esclarecer que o conceito de violência não abarca somente a de ordem física, existindo, pois, outras modalidades que afetam sobremaneira a integridade do menor; e c) elucidar os canais de comunicação existentes para fins de denúncia contra violência e abuso infantil. O método utilizado na elaboração do trabalho foi o dedutivo; quanto aos meios empregados para fundamentação das premissas levantadas, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, com caráter qualitativo, quanto aos fins. Neste aspecto, parte-se de um cenário macro delineado pelos reflexos decorrentes da COVID-19 nas mais diversas esferas de proteção dos direitos no Brasil, para se concentrar na influência do período epidêmico, para o aumento considerável de casos de violência infantil registrados. A pesquisa científica ora realizada resultou na compreensão de que as estatísticas sobre a violência contra crianças e adolescentes não revelam com exatidão as ocorrências práticas. Há, pois, necessidade de se aprimorar os sistemas de informação, bem como acentuar as políticas de apoio e conscientização, com ampla divulgação das linhas de denúncia então existentes. O presente trabalho veio a demonstrar o exponente crescimento dos registros de agressões contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, não se olvidando que os agressores se trata de pessoas próximas ou integrantes do próprio núcleo familiar. A pandemia biológica causada pela COVID-19 contribuiu, de fato, para o aumento dos casos ora mencionados; não obstante, entende-se que existem soluções que podem vir a reverter esse quadro. O estudo apresentado, sobre este aspecto, teve o condão de ampliar a visão dos pesquisadores, ora autores, quanto à importância do crescimento de uma criança, calcada em uma base familiar segura e ética, que certamente evitará a ocorrência de traumas futuros, além da atuação precisa do Estado através de políticas públicas voltadas à prevenção de abusos.

O LADO OCULTO DA CRIMINALIDADE: DISCURSO E IDENTIDADE

Mariana Ferreira Jocabesen¹; Bruna Oliveira Miguel¹; Marco Antônio Signorini¹; Luana Vedana¹; Willian Diego de Almeida²; Jiuvani Leal²; Karina Romão Calvo²; Flavio Henrique de Freitas²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Diante das problemáticas que circulam no seio social, é notório perceber que muitas delas advêm de condutas contrárias aos preceitos legais, como um testemunho de desobediência à ordem do discurso legislativo, gerando a criminalidade. Desse pressuposto, parece-nos pertinente para a esfera jurídica estudar como determinadas ocorrências ferem vários direitos e garantias individuais elencadas em nosso ordenamento. E esse movimento nos faz ponderar que por ser uma prática social historicamente determinada, a criminalidade é realizada por sujeitos e, por isso, pode ser vista como um acontecimento discursivo, cujo funcionamento nos permite analisar a possibilidade de seu estabelecimento, os efeitos de sentidos e a sua normalização em nossa cultura. Isso nos leva à necessidade de um exame crítico de algumas materialidades discursivas como as que enunciam parafilias, tal como a necrofilia, por entendê-las como um lugar privilegiado para se investigar os discursos e as representações identitárias de sujeitos na contemporaneidade brasileira. O trabalho tem como objetivo geral problematizar a forma como se manifesta discursivamente a criminalidade, indo da emergência de sentidos à representação dos sujeitos participantes, mediante recorte discursivo de suas materialidades linguísticas: a enunciação sobre casos de necrofilia. Como objetivos específicos, são traçados três pontos: 1) apontar, por meio de um recorte discursivo, marcas linguísticas que distinguem efeitos de sentidos de dissimulação, de intolerância, de exclusão, de violência, entre outros; 2) rastrear, a partir dessas marcas linguísticas, interdiscursos e formações discursivas tensionados pela memória, que apontam para a relações de poder, saber e de resistência; 3) problematizar os efeitos de subjetivação construídos sobre os crimes e o sujeitos deles participantes, a fim de denunciar as representações sociais e as identitárias. Para compreender melhor essa manifestação discursiva, o trabalho pauta-se teórico e metodologicamente na contribuição transdisciplinar entre: perspectiva discursivo-desconstrutiva (CORACINI, 2007; ALMEIDA, 2015, 2019); olhar discursivo psiquiátrico (BARBOSA, 2008); estudo comparado sobre o tratamento dado à responsabilidade penal (ABREU, 2013). Com a análise dos discursos utilizados nos recortes sobre necrofilia, foi possível identificar a relação entre as narrativas do patriarcado enraizado culturalmente na sociedade e as práticas criminosas supracitadas. Trazendo em si memórias discursivas marcadas por exclusão, discriminação em relação as mulheres. Ficou evidente a naturalização da objetificação da mulher em diferentes segmentos e a supremacia masculina, observada tanto nas vítimas de necrofilia, quanto nas de abusos e assédios, que em sua maioria são do sexo feminino. Resultados apontam, mediante análise dos recortes, que os acontecimentos discursivos analisados estão ancorados em discursos de poder, exclusão, discriminação, objetificação, violência e degradação humana, demonstrando que a construção da representação identitária, tanto das mulheres quanto dos homens, são socialmente governáveis pelos discursos da época. Além disso, é possível mobilizar a representação sobre necrofilia, denunciando a influência macabra que os discursos trazem ao naturalizar práticas como o consumo de pornografia, levando a sociedade a criar uma ideia de que tudo que envolve esse meio e a satisfação dos desejos masculinos são, mesmo que discretamente, aceitos e justificados.

PATOLOGIA E IMPUTABILIDADE PENAL

Catherine Viegas Azevedo dos Santos Cavalcante¹; Heloísa Leimann¹; Karoline dos Santos Lima¹; Vaniza Sagais¹; Marcelo Da Pieve²; Elaine Stuaní²; Karina Romão Calvo²; Flavio Henrique de Freitas²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A imputabilidade refere-se à condição do indivíduo que é capaz de realizar um ato com pleno discernimento e consciência. No Direito Penal, a análise e reconhecimento da imputabilidade do agente é requisito indispensável para fins de atribuição de autoria ou responsabilidade por um determinado ato criminoso. Isso importa na afirmação de que uma pessoa imputável detém plena capacidade de responder por seus atos, inclusive podendo ser condenada a uma reprimenda penal que será definida pelos critérios estabelecidos em lei. A temática em questão, uma vez que envolve processos reflexivos multidisciplinares, abarcando o estudo de ciências como o Direito e a Psicologia, é de suma importância para a compreensão dos limites de responsabilização do agente, em especial quando o julgador se depara com situações de transtorno de personalidade, que nada mais são do que patologias psiquiátricas em que o indivíduo apresenta um padrão de comportamento e pensamento considerado “rígido e mal ajustado”, e que causa sofrimento e dificuldade nos relacionamentos pessoais, sociais e nas mais diversas áreas. Essa é a contextualização do tema objeto da pesquisa científica que se busca apresentar neste trabalho. O trabalho interdisciplinar em foco apresenta como objetivo geral a análise reflexiva acerca dos limites de responsabilização do agente inimputável e os instrumentos de aferição de tal patologia no âmbito do Direito Penal. Como requisitos específicos, a pesquisa se repousa no intento de: a) elucidar os fatores que determinam o reconhecimento da inimputabilidade penal; b) entender qual o tratamento e classificação conferida ao indivíduo que detém sua capacidade de discernimento parcialmente alterada; c) explorar casos emblemáticos no Brasil de crimes cometidos por indivíduos portadores de transtornos psicológicos e a resposta conferida pelo Estado-Juiz em retribuição ao ilícito penal cometido. A metodologia adotada é a científica indutiva e observacional, uma vez que se busca compreender a aplicação prática dos conceitos doutrinários apresentados com base na análise de casos emblemáticos ocorridos no Brasil. A pesquisa, portanto, foi estruturada no método exploratório descritivo e explicativo, com base em revisão bibliográfica e doutrinas. A pesquisa busca responder a seguinte problemática: Como se dá a adequação do criminoso psicopata no instituto da imputabilidade, ante a ausência de dispositivo legal específico no ordenamento jurídico brasileiro, direcionado a disciplinar a conduta desses agentes? Analisando a legislação penal que trata sobre a temática da imputabilidade penal aferiu-se que existe uma grande lacuna no direito brasileiro no que diz respeito a receptividade jurídica do criminoso psicopata no instituto da imputabilidade. Consoante os resultados aferidos na pesquisa, chegou-se à conclusão o sistema jurídico pátrio não possui uma base “forte” e “concreta” para julgar criminosos portadores de transtornos de personalidade. As medidas de segurança, na maior parte dos casos, acabam por se apresentar ineficazes, não alcançando um resultado desejável. Como consequência, esses indivíduos acabam por ser julgados como imputáveis, cumprindo pena em prisões comuns, quando na verdade deveriam ser submetidos a um tratamento intenso e rigoroso voltado à portadores de psicopatias, já que qualquer erro nesse processo pode culminar em resultados inesperados.

A GOVERNAMENTALIDADE DA CIDADE DE SORRISO E A CALAMIDADE PÚBLICA GERADA PELA COVID-19

Alessandra Sander¹; Ana Paula Vaites¹; Edson de Jesús da Silva¹; Aline Antonioli Schurchaus²; Jusilei Matick Spada Silva²; Karina Romão Calvo²; Flavio Henrique de Freitas²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A pandemia causada em razão da disseminação do vírus popularmente conhecido como Covid-19, trouxe diversos prejuízos à população mundial. A proliferação descontrolada do vírus e sua disseminação ocasionou uma calamidade pública sem precedentes, trazendo medo, preocupação e pânico à população. Em razão do fenômeno pandêmico, operou-se uma real transformação no cenário social, com modificação de hábitos e inter-relações pessoais; a movimentação urbana se modificou, ruas e lugares de encontro público se esvaziaram, diversas atividades sociais foram suspensas, o comércio teve suas atividades paralisadas, assim como o nível de desemprego que apresentou um aumento exponencial. No mercado financeiro, as bolsas caíram, a crise econômica foi projetada e confrontos entre autoridades do governo e saúde pública foram expostos. A pesquisa científica ora apresentada se contextualiza na análise da eficácia das medidas adotadas pelo governo do Estado do Mato Grosso e pelo Município de Sorriso para solucionar os problemas causados pelo novo coronavírus. O trabalho tem por objetivo geral demonstrar como a gestão pública, estadual e municipal, tem se manifestado juridicamente com o advento da pandemia, as medidas engendradas para conter o avanço do vírus e os impactos sociais decorrentes do período epidêmico vivenciado. Como objetivos específicos, apontam-se: a) abordar o papel da gestão pública frente aos desafios bem como o enfoque jurídico frente a situação instaurada; b) analisar as medidas sanitárias adotadas pelo governo do Estado do Mato Grosso e pelo Município de Sorriso para conter os efeitos nefastos da emergência sanitária hodiernamente vivenciada. A metodologia adotada para a realização da pesquisa científica consistiu na adoção do método indutivo- exploratório. Foram elaborados três questionários contendo 5 questões de natureza básica, descritivas quanto aos objetivos e quanto ao procedimento da coleta de dados, além do viés quantitativo e qualitativo também atribuído aos questionamentos. Os questionários foram direcionados aos profissionais da saúde, civis positivados pela doença e, por fim, ao Secretário Municipal de Saúde e vereadores da cidade de Sorriso-MT. Como resultado da pesquisa exploratória realizada, foi possível aferir que o Chefe do Executivo Municipal de Sorriso-MT, após verificar a necessidade de intervenção na saúde pública devido ao aumento descontrolado de surtos pelo Covid-19, adotou diversas medidas de controle restritivas e preventivas. Os dados obtidos mediante a aplicação de questionários pelos acadêmicos pesquisadores atestaram que as medidas restritivas adotadas pelo Governo Municipal, materializadas em leis e decretos, mostraram-se eficientes, garantindo a fruição dos direitos fundamentais à saúde, educação, entre outros. Com a elaboração da presente pesquisa foi possível concluir que, a Administração Pública Municipal de Sorriso-MT, ao tomar conhecimento dos primeiros casos de contaminação pelo novo coronavírus no Município, não se omitiu no seu dever de regulamentar as medidas necessárias de contenção para coibir o avanço dos efeitos nefastos do vírus sobre a população. Sendo assim foi observado que o direito à saúde foi preservado pela municipalidade, que garantiu a aquisição de materiais, exames, contratação de equipe médica especializada, dentre outras medidas. Em suma, as medidas restritivas e preventivas adotadas foram suficientes e determinantes para que os tratamentos ofertados produzissem efeitos, minimizando os impactos gerados pelo vírus da Covid-19.

A FAMÍLIA SOB A PERSPECTIVA DA LEI MARIA DA PENHA

Anielle Batista Bitencourt¹; Rafaela Rufatto Grigoletto¹; Thais Amanda Knob Di Domenico¹; Patrícia Garcia Galvani¹; Marcos Rogerio Mendes; Livia Gimenez Fernandes²; Flavio Henrique de Freitas²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

INTRODUÇÃO

A Lei Federal n.º 11.340/06, denominada, "Lei Maria da Penha" é fruto do movimento feminista brasileiro, que desde a década de 1970 condenou a violência contra a mulher (violência contra prisioneiras políticas, violência contra mulheres negras, violência doméstica etc.). Uma das vantagens estabelecidas pela normativa é que a mesma propõe um claro trabalho a ser desenvolvido pelas esferas de governo e sociedade civil; isso porque a lei sob enfoque não só cria atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, como também implementa medidas de proteção e amparo jurídico, visando maior proteção à vida das mulheres. O objetivo geral da pesquisa é demonstrar o alcance da violência doméstica perpetrada em face da mulher no âmbito familiar, haja vista as consequências daí advindas para todos os membros do núcleo. Como objetivos específicos, destacam-se os seguintes pontos de análise: a) refletir acerca da efetividade das reprimendas penais previstas em lei para coibir e punir a prática delituosa apontada; b) perscrutar a eficácia das medidas de proteção e amparo jurídico oferecidos à vítima de violência doméstica, além dos fatores que determinam a baixa incidência de notificações/registros perante as autoridades, dos casos de violência, pelas mulheres, vítimas de abusos. A pesquisa realizada delineou-se pela utilização do método dedutivo, que é o processo de raciocinar a partir de premissas para alcançar uma conclusão logicamente correta, em um ou mais argumentos. No caso, foram apresentadas as causas e efeitos que a Lei Maria da Penha tem gerado na família contemporânea. Utilizando o método de pesquisa secundária e terciária, procedeu-se ao levantando-se de informações através de doutrinas contemporâneas, artigos de revisão, dentre outros. A análise dos resultados aferidos com a elaboração do trabalho interdisciplinar teve como ponto de apoio inicial o entendimento acerca dos conceitos doutrinários sobre a família, violência e seus tipos, além das consequências advindas da agressão contra a família da vítima. Pelo contexto global estudado, chegou-se ao entendimento de que não obstante o arcabouço legal e instrumentos de proteção à vítima de violência doméstica, pouco se tem alcançado em termos de efetividade, mormente porque o fator familiar se apresenta como condição relevante para impedir a vítima de notificar a agressão sofrida. O presente trabalho teve como alvo examinar a real efetividade de aplicação da Lei Maria da Penha, sendo a mesma criada para proteger as demandas de violência familiar, domésticas e as novas configurações de família. Evidente, consoante análise dos fundamentos arraigados à pesquisa, que o ordenamento jurídico pátrio não possui o controle de resolver todos os problemas e inovações que surgem rotineiramente. Entretanto, demonstrou-se por meio de análises jurisprudenciais, que através da interpretação constitucional da norma é possível expandir a incidência da lei, ampliando-se o campo de proteção da mulher, vítima da violência familiar, em razão da sua "fragilidade", independentemente do gênero do agressor.

A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SORRISO NO DECORRER DA EXECUÇÃO PENAL

Antonio Roberto Mendonça Gomes¹; Elizangela da Cunha Cruz¹; Heloisa Werwon¹; Lucas Eurich dos Santos¹; Lucyellen Roberta Dias Garcia²; Marcos Rogério Mendes²; Lívia Gimenez Fernandes²; Flavio Henrique de Freitas²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, reza que todos são iguais perante a lei; porém, nos processos judiciais, não há dúvidas que o réu necessita de assistência advocatícia, o que o coloca em desvantagem em função de sua vulnerabilidade, daí por que a necessidade de se garantir, além da igualdade formal, também a material. A Carta Magna, no seu inciso LXXIV, art. 5º, estabelece a garantia de que o cidadão, uma vez demonstrada a sua hipossuficiência, faça jus à defesa gratuita. Nesse âmbito, a Defensoria Pública se apresenta como órgão responsável pela orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa dos direitos fundamentais de forma integral e gratuita aos vulneráveis. O objetivo geral do trabalho comporta a análise da atuação da Defensoria Pública, tomando como base os dados da Comarca de Sorriso-MT, no decorrer da execução penal, a fim de demonstrar o seu papel social na garantia dos direitos dos reeducandos. Os objetivos específicos do presente trabalho são: a) demonstrar no que consiste a instituição Defensoria Pública, evidenciando sua concepção histórica, como instituto essencial para a persecução da justiça social, através da Constituição Federal de 1988; b) elucidar as funções do Defensor Público, seus principais desafios e sua atuação no que tange à evolução sobre os atendimentos no decorrer da sua existência. O trabalho foi desenvolvido utilizando-se de pesquisas bibliográficas que visam demonstrar as funções do Defensor Público, seus principais desafios e sua evolução de atendimentos. Para tanto, foram extraídos dados e diagnósticos fornecidos pela ANADEP – Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, englobando de forma macro informações acerca do Brasil, bem como do Estado de Mato Grosso e do município de Sorriso-MT. Por fim, realizou-se entrevista com o Defensor Público atuante na comarca, que muito contribuiu para o entendimento do objetivo proposto na pesquisa. O método adotado foi o dedutivo-exploratório, uma vez que adotou como ponto de partida os dados obtidos na entrevista elaborada e ensinamentos doutrinários para se alcançar o escopo da pesquisa. Em atendimento aos objetivos propostos na pesquisa, restou possível aferir em relação ao atendimento prestado pela Defensoria Pública, que 91,9% dos Defensores Públicos Federais consideraram como “importante” ou “muito importante” o fator “Interesse pelo trabalho social”. Referente aos atendimentos prestados pelos Defensores Estaduais observou-se um aumento de 275,6% em apenas 5 anos, de 2009 a 2014. Quando se trata de índices da Defensoria Pública da cidade de Sorriso-MT, destaca-se o crescimento de mais de 50% no decorrer do ano de 2021, sendo a área criminal determinada como principal esfera de atuação da Defensoria. Considerando toda a abordagem trazida no trabalho, é possível afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, sendo a metodologia utilizada adequada aos fins propostos. Com a pesquisa realizada observou-se grande evolução nos atendimentos do órgão em todas as esferas (federal, estadual e municipal) saltando de 3.762.606 no ano de 2009, para 10.380.167 no ano de 2014. Concluiu-se, neste aspecto, a relevância inegável da Defensoria Pública, enquanto órgão comprometido com a preservação do Estado Democrático de Direito.

A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E A INFLUÊNCIA DA CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL

Enzo Fernandes Oliveira¹; Luis Felipe Ludwig Peters¹; Whellton Gabriel Barbosa da Silva¹; Livia Gimenez Fernandes²; Marcelo Da Pieve²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência assinada na cidade de Nova Iorque em 30 de março de 2007, tem como propósito promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. O trabalho se baseia na análise das disposições da Constituição Federal, do Código Civil e artigos científicos para demonstrar como se procede a recepção dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico pátrio e de que forma aquelas vem a contribuir com a efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e a consolidação do Estado Democrático de Direito. O objetivo geral do presente trabalho interdisciplinar é proporcionar uma análise exploratória acerca dos fatores que se destoam no processo de recepção das normativas internacionais de direitos humanos, em especial sobre a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Como objetivos específicos, busca-se a compreensão da influência da emenda constitucional frente às normas inferiores, entendendo que o tratado internacional, ora, seguido o rito legal tem *status* de emenda constitucional. A pesquisa científica resultou da aplicação do método dedutivo, partindo-se de uma análise global acerca das normativas internacionais e nacionais que tratam do direito da pessoa com deficiência, para se alcançar a conclusão acerca de como as duas figuras normativas se dialogam e contribuem para a consecução dos direitos fundamentais de tal minoria. Para o embasamento do trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica tendo como técnicas de estudo, a leitura, a análise de decisões, de leis e artigos científicos condizentes com o tema. Da análise sobre os pontos problematizados na pesquisa, três aspectos se destoam. O primeiro, está relacionado à dúvida que se desenha em relação à hierarquia das normas, o rito e a sua qualificação. O segundo, condiz com a validade de uma norma, que deve estar prevista em outra norma superior. Por fim, destaca-se a influência que uma norma internacional detém sobre as normativas brasileiras. Exemplo dos pontos citados é a própria Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que por sua vez seguiu o rito legal para adquirir validade jurídica no ordenamento pátrio, com previsão na norma superior que é a Constituição Federal e, conseqüentemente, trazendo alterações no Código Civil Brasileiro. Diante do restou perscrutado no trabalho, conclui-se que as normas jurídicas seguem um sistema hierárquico, no qual a Constituição está no topo da pirâmide. É a Constituição Federal que rege as demais normas inferiores, tanto no processo de formação (rito) de uma norma, quanto na sua efetiva execução. A pesquisa abordou, considerando a recepção da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência pelo ordenamento jurídico pátrio, a supremacia da Constituição que tem o condão de não recepcionar quaisquer normas que sejam conflitantes aos fundamentos constitucionais. De igual forma, examinou a força constitucional atribuída ao tratado internacional, notadamente os de direitos humanos, e o processamento a partir de seu ingresso no sistema jurídico federal.

O USO DOS CONCEITOS PSICOLÓGICOS NO DIREITO PENAL

Gabriel Coutinho Francisco dos Santos¹; Guilherme Oliveira Benites¹; Guilherme Hurtado¹; Izamara de Assis Lima¹; Jiuvani Leal²; Camila Michelatto Natt²; Lívia Gimenez Fernandes²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Partindo da contextualização do tema, a presente pesquisa científica tem como competência adentrar no ramo/área de trabalho do psicólogo no âmbito jurídico, demonstrando a importância da sua atuação nesse meio, e sua efetiva contribuição na análise e julgamento de processos criminais. Em suma, para a compreensão do trabalho, foram explorados fundamentos doutrinários para obter esclarecimentos acerca da seguinte questão: as técnicas de avaliação psicológicas são realmente levadas em consideração no âmbito jurídico? É sobre os aspectos que permeiam as duas ciências em foco, Direito e Psicologia, que a pesquisa se debruçará, trazendo importantes contribuições para a apropriação dos resultados almejados. O objetivo geral do trabalho interdisciplinar em foco é abordar as atividades profissionais exercidas pelo psicólogo e a aplicação dos conceitos psicológicos no âmbito jurídico, isto é, suas verdadeiras funções e a importância da sua atuação nesse meio. Como objetivos específicos, buscou-se: a) apresentar informações que envolvam a psicologia e o direito, acentuando a relevância da psicologia enquanto instrumento para a resolução de celeumas jurídicas, sobretudo os do âmbito penal; b) esclarecer se as técnicas de avaliação psicológica são realmente levadas em consideração no âmbito jurídico para a tomada de decisões pelo magistrado no âmbito do processo-crime. A metodologia utilizada para a construção do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, extraída de doutrinas que abordam a temática em sua essência, bem como outras produções científicas que buscam a familiarização com a problemática proposta; o principal referencial teórico utilizado para o trabalho foi a doutrina de Lídia Levy, que no livro “Psicologia aplicada ao Direito” (2014), aborda de forma coerente a psicologia jurídica. Considerando o trabalho de pesquisa exploratória sob enfoque, chegou-se ao resultado de que a psicologia jurídica, não obstante sua inegável importância e contribuição para o Direito, ainda é um ramo pouco valorizado nas causas criminais. Veja-se, a esse respeito, que a determinação de avaliação psicológica do acusado, pelo magistrado, no âmbito do processo criminal, não vincula o julgador quanto ao resultado do laudo na decisão final a ser prolatada. Neste aspecto, em que pese o vasto compromisso e discernimento do profissional da psicologia nos mais diversos ramos de atuação, em se tratando da seara penal, sua relevância, ao que parece, tem sido meramente teórica ou, ainda, acessória. A partir das premissas exploradas para a elaboração da pesquisa, chegou-se ao entendimento conclusivo de que a introdução da psicologia na seara jurídica contribui sobremaneira para a análise do perfil do acusado, a definição dos caminhos a serem percorridos no âmbito do processo criminal, e o próprio acompanhamento do reeducando no cumprimento da reprimenda lhe aplicada em sede de execução penal. Evidente se mostra, pois, a psicologia é essencial e complementar ao trabalho do operador do direito, mormente porque atua como valioso instrumento no processo de investigação, elucidação de casos complexos e tomada de decisões que requerem a *expertise* do psicólogo.

ABANDONO AFETIVO: O POSICIONAMENTO DO JUDICIÁRIO E DA DOUTRINA

Ana Carolina Moraes Debastiane¹; Brenda Martinello Machado¹; Mirian Pires da Silva Andrade Borges¹;
Sunamita Pires Andrade¹; Jusilei Matick Spada²; Marcelo da Pieve²; Higor Henrique de Albuquerque
Silva²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Embora a educação, o afeto e a assistência sejam considerados direitos fundamentais das crianças e adolescentes, não há uma lei que regule, de forma específica, o abandono afetivo; da mesma forma, inexistente previsão legal estabelecendo reprimenda penal condizente à gravidade de tal conduta. De fato, torna-se cada vez mais comum se deparar com situações de crianças que crescem sem a devida presença da figura paterna e/ou materna. Não restam dúvidas de que o abandono afetivo dado causa pelo responsável legal do menor pode vir a determinar prejuízos imensuráveis no âmbito social e emocional da vida das crianças que crescem acompanhados de tal estigma. Ainda que a legislação não tenha o condão de obrigar o genitor(a)/responsável legal a amar, trata-se de um dever de o Estado garantir às crianças e adolescentes a consecução de direitos que interferem sobremaneira na sua formação psicossocial, havendo a possibilidade de fixação de indenização por danos morais ao genitor (a)/responsável legal que não cumpre com seus deveres. A pesquisa se repousa neste viés, e tem o condão de apresentar, diante da problematização apresentada, soluções efetivas para tal celeuma. O presente trabalho tem por objetivo geral explorar os fatos que circundam o abandono afetivo, descrevendo as consequências psicológicas advindas de tal conduta em desfavor do menor. Como objetivos específicos, destacam-se os seguintes pontos: a) entender de que forma a reparação pecuniária fixada em desfavor do responsável pelo abandono interfere na recomposição destes danos; b) demonstrar as consequências morais e jurídicas decorrentes da falta da assistência familiar condizente ao zelo, cuidado, empatia, apoio e carinho; e c) discutir acerca do abandono afetivo inverso praticado em face dos idosos. Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, utilizou-se a pesquisa documental para explorar as consequências do abandono afetivo, tanto em âmbito jurídico, quanto no psicológico. Outrossim, a pesquisa exploratória também adotada no trabalho, voltou-se à análise dos dados embasados em casos reais, que retrata a dificuldade em provar como é desenvolvido o trauma para que os responsáveis pelo abandono possam indenizar ou compensar a vítima. Diante da pesquisa realizada, chegou ao resultado de que há uma evidente lacuna legal quanto à responsabilização do genitor (a)/ responsável legal do menor que incorre em abandono afetivo. Os dados estatísticos demonstram o crescimento exponencial dos casos de abandono afetivo no Brasil, o que, conseqüentemente, determina, o aumento da quantidade de pessoas portadoras de problemas psicológicos. Não obstante a concepção de família venha sendo modificada com o passar dos anos, o sentimento que permanece imutável e intransferível é o cuidado, afeto e amor que os pais/responsáveis devem ter com seus filhos, não havendo dúvidas, pois, da interferência de tal sentimento na formação da personalidade do menor. A pesquisa foi desenvolvida com amparo em casos reais e pesquisas documentais, para demonstrar a recorrência do abandono efetivo no Brasil, situação está que leva à conclusão de que o tempo perdido e a falta do afeto jamais serão restaurados, o que torna a indenização por danos morais a única forma de reparação pelo prejuízo causado, inobstante não abarque por completo a extensão de tal impacto na vida de uma criança.

**A PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTO PARA RESSOCIALIZAÇÃO: ANÁLISE À LUZ DA
RESOLUÇÃO Nº 12/2012 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**

Everton de Godoy¹; Isadora Mariana Capitano¹; Naiara da Costa Deorr¹; Wislene Araújo de Carvalho¹;
Marcelo da Pieve²; Marcos Rogério Mendes²; Higor Henrique de Albuquerque Silva²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A socialização, sem dúvidas, trata-se de um fator que é imposto a qualquer pessoa desde o seu nascimento, que necessita se habituar à cultura local, aos costumes da família, às modernidades de acordo com o avanço da sociedade; é por intermédio desse complexo de fatores que se forma um cidadão “socializado” ou “civilizado”. Quando o cidadão comete um ato típico, jurídico e culpável, assim classificado como crime, passa a receber um tratamento do Estado, como forma de punição pela conduta criminosa perpetrada; tal “tratamento”, pelos dados estatísticos registrados em pesquisas, não condiz com os ideais de ressocialização previstos na Lei de Execução Penal. Neste aspecto, o presente trabalho vem abordar a importância da atuação do psicólogo no sistema prisional, no sentido de promover os direitos humanos dos sujeitos em privação de liberdade atuando em âmbito institucional e interdisciplinar; tais estratégias já se encontram regulamentadas pelo Conselho Federal de Psicologia, na Resolução n.º 12/2012. O trabalho tem como objetivo geral refletir acerca da importância do psicólogo na construção de estratégias que visam o fortalecimento dos laços sociais e uma participação maior dos reeducandos do sistema prisional. Os objetivos específicos, por sua vez, se concentram nos seguintes aspectos: a) entender como se procede atualmente, no âmbito prisional, as ações voltadas à ressocialização do infrator, além da qualidade atribuída às ações, se porventura existentes; b) compreender as, de fato, o objetivo da ressocialização tem sido atendido e como a sociedade tem recebido o egresso, seja com relação às amarras do preconceito, seja oportunizando seu ingresso no mercado de trabalho. O método utilizado para a construção da pesquisa científica foi o dedutivo, uma vez que se baseou na análise de dados e índices que retratam o processo de ressocialização do egresso do sistema penitenciário, bem como nos ensinamentos delineados pela doutrina e normativas vigentes, em especial a Resolução n.º 12/2012, do Conselho Federal de Psicologia. Da análise de todos os elementos de estudo demonstrados, chegou-se ao entendimento de que a atuação do psicólogo apresenta duas grandes linhas mestras de atuação. A primeira é trabalhar com o sofrimento mental, inclusive o sofrimento mental gerado pelo próprio encarceramento. A segunda, com a ressocialização. Em suma, a assistência de um psicólogo ou psiquiatra dentro da penitenciária é primordial para o alcance efetivo da ressocialização, já que aborda vertentes cuja expertise não está adstrita ao campo do Direito. Não se pode pensar em execução penal sem abordar aspectos que permeiam o regresso do reeducando ao seio da sociedade. A forma pela qual, atualmente, o Estado tem conduzido o sistema prisional distante se apresenta dos objetivos preconizados pela Lei de Execução Penal e da própria Constituição Federal. O alto índice de reincidência no Brasil vem a atestar a ineficiência dos sistemas prisionais que não oferecem tratamento adequado para reeducar o infrator, coibindo novas práticas delituosas. O trabalho em foco vem a demonstrar a importância da interdisciplinaridade no âmbito do sistema prisional, destacando-se o papel do psicólogo como ponto de apoio ao trabalho já desenvolvido no campo das ciências jurídicas, complementando-se, pois, os ensinamentos e contribuições científicas, para o alcance de um mesmo objetivo.

O NOVO PAPEL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO SISTEMA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Amanda de Fátima Ortíz Frá¹; Otávio Augusto Dias Santos¹; Pedro Ernesto Koch Kienen¹; Samário dos Santos Luna¹; Livia Gimenez²; Jusilei Matick Spada²; Higor Henrique de Albuquerque Silva²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Considerando que a Constituição Federal é suprema, a organização da estrutura dos demais atos normativos, devem guardar correlação com a sua essência axiológica. De fato, a Constituição Federal pode ser adaptada por meio de recursos, gerando, por consequência, o processo de mutação constitucional. Haja vista a necessidade do legislador, em obter um instrumento de contenção nos Tribunais Superiores, a fim de que a atividade jurisdicional não seja inviabilizada por obstrução dos Pretórios, o presente trabalho busca, por intermédio de pesquisas bibliográficas, resolver a seguinte problemática: qual o papel do recurso extraordinário e de que forma ocorre a mutação constitucional? É sobre esta celeuma que repousará a pesquisa científica. A pesquisa sob enfoque tem por objetivo geral perscrutar o papel do recurso extraordinário no sistema de constitucionalidade e mutação constitucional. Como objetivos específicos, buscou-se elucidar os seguintes pontos: a) promover o conhecimento sobre recursos extraordinários no sistema de controle de constitucionalidade; b) demonstrar como se procede o processo de mutação constitucional e suas características; c) definir Recurso Extraordinário e repercussão geral, demonstrando suas funções e características principais. O trabalho utilizou em sua metodologia, a leitura bibliográfica de obras e artigos publicados, inclusive na web, calcada no método dedutivo, para fins de se definir o resultado da problemática proposta, que seria o processo percorrido para se alcançar a mutação constitucional. Da análise dos elementos arraigados ao trabalho, aferiu-se que as mudanças que ocorreram na sociedade ao longo dos anos tiveram grande influência para que novos recursos pudessem ser utilizados para solucionar os problemas de inconstitucionalidade, sendo, pois, positivos os resultados alcançados, além de aptos e relevantes para a solução de questões que não atendem aos objetivos sociais preconizados pelo Estado Democrático de Direito. Com a elaboração da pesquisa científica, restou compreendido que houve grande evolução legislativa com a chegada da repercussão geral da questão constitucional como requisito principal do recurso extraordinário. Não restam dúvidas que, de fato, o Supremo Tribunal Federal continua sobrecarregado com as inúmeras demandas recursais, situação tal que deve motivar o legislador na busca de melhorias para garantir aos cidadãos e operadores de Direito uma justiça mais célebre e eficiente. Apesar da aceitação da mutação constitucional como instituto de atualização e modificação das normas frente às transformações econômicas, políticas e sociais da sociedade, o instituto ainda carece de legitimação, em especial por estar cada vez mais próximo do ativismo judicial. Conclui-se, neste aspecto, pela necessidade de um debate permanente da questão trazida como problemática da pesquisa, por tangenciar aspectos que condizem com o cerne do direito e da democracia

PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS: DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS À EXECUÇÃO

Amanda Caroline Silva¹; Ademar Denardi Junior¹; Higor Henrique de Albuquerque Silva²; Patrícia Garcia Galvani²; Willian Diego de Almeida²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A ação de execução de título extrajudicial processada no âmbito dos Juizados Especiais, é disciplinada pelos artigos 52 e 53 da Lei Federal n.º 9.099/95, enunciados do FONAJE (Fórum Nacional de Juizados Especiais) e, supletivamente, pelo Código de Processo Civil. Trata-se de um procedimento de cobrança sobre títulos extrajudiciais (duplicatas, boletos, cheques, letras de câmbio), com valor nominal de até 40 salários-mínimos. Uma vez que o credor não obtém êxito nas vias ordinárias de receber o crédito que lhe é devido, está autorizado a ajuizar ação de execução de títulos extrajudiciais, buscando sanar o débito existente entre ele e seu devedor. O tema do trabalho, portanto, está contextualizado na análise dos meios legais colocados à disposição do credor para satisfação do seu crédito formalizado em título executivo extrajudicial, demonstrando-se como se processam os trâmites legais necessários para o alcance do intento perante os Juizados Especiais. O objetivo geral do trabalho é analisar os trâmites legais a serem percorridos pelo credor para o alcance da satisfação de seu crédito perante o procedimento simplificado do Juizado Especial Cível. Como objetivos específicos, arrolam-se: a) proceder ao estudo dos principais aspectos que envolvem a tramitação do processo executivo no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, visando a satisfação do crédito calcado em título extrajudicial; b) buscar o entendimento dos aspectos legais que circundam os procedimentos, prazos e os requisitos necessários para ingresso da ação de execução de títulos extrajudiciais; e c) realizar pesquisa exploratória acerca do entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca das principais celeumas que envolvem as cobranças extrajudiciais e seus procedimentos. A elaboração do presente trabalho valeu-se da aplicação do método dedutivo, que faz uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de determinadas premissas. *In casu*, a pesquisa teve como ponto de partida a análise dos procedimentos previstos pelo legislador para o alcance da satisfação do crédito pelo credor, com relação aos títulos executivos extrajudiciais de valores iguais ou inferiores a 40 salários-mínimos. Pela análise dos resultados obtidos com a pesquisa, denota-se, no âmbito judicial, uma alta taxa de obtenção de êxito nas cobranças de valores inscritos em títulos executivos extrajudiciais. Os dados obtidos mediante diagnóstico jurisprudencial denotam que o procedimento implementado via Juizado Especial, pela simplificação que lhe é ínsita, tem contribuído sobremaneira para a diminuição da inadimplência, assegurando o crédito de pessoas físicas e jurídicas e contribuindo, conseqüentemente, com a economia de forma direta e indireta. Com a alta taxa de inadimplência no Brasil, quaisquer ferramentas que se apresentam visando a satisfação da dívida pelo credor devem ser ovacionadas por sua importância social. A pesquisa elaborada vem a demonstrar, de forma qualitativa, a importância de procedimentos simplificados tais quais os processados no âmbito dos Juizados Especiais, em especial no que toca à cobrança de títulos extrajudiciais. Com essa análise, foi possível entender que o Direito, muito mais do que regulamentar situações que permeiam a vida em sociedade, deve buscar simplificar procedimentos de modo a alcançar a efetividade do direito do cidadão.

REFLEXÕES ACERCA DO ABUSO E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Elisane Rodrigues de Almeida¹; Josiane da Cruz Strey¹; Luana de Oliveira Zeferino¹; Tábata Panarotto Pastre¹; Marcos Rogério Mendes²; Patrícia Garcia Galvani²; Higor Henrique de Albuquerque Silva²

¹Acadêmico(a) do Curso de Direito da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, família e sociedade têm o dever de assegurar um ambiente que determine a integridade física, psíquica e moral das crianças, de forma que o desenvolvimento delas possa ser integral e saudável. Diante desse contexto, quando a criança ou adolescente sofre um tipo de violência, surgem questões que devem ser exploradas para fins de entendimento acerca dos fatores que levam à acontecimentos tão traumáticos na vida dessas vítimas. A relevância de se discutir a temática proposta no trabalho, concerne ao fato de que a violência perpetrada contra crianças e adolescentes no espaço intrafamiliar tem sido um fenômeno recorrente, tanto no âmbito nacional, como internacional. Estatisticamente, os dados revelam que os casos em todo o estado do Mato Grosso e, do município de Sorriso, acompanham os números registrados pelos demais entes federados e mundo afora. É sobre este contexto que a pesquisa se permeará buscando elucidar soluções práticas que busquem coibir o avanço dos abusos registrados. O objetivo geral do trabalho é refletir sobre os fatores que têm determinado o aumento de casos de violência e abuso contra crianças no ambiente familiar em que vivem. Como objetivos específicos tem-se: a) analisar a eficiência dos diplomas legais de proteção ao menor; b) promover a necessária reflexão acerca da (in)efetiva atuação do Estado visando coibir a prática de abusos e violência contra as crianças e adolescentes; c) elucidar de que forma o período epidêmico influenciou no aumento de casos de violência intrafamiliar. A metodologia utilizada no trabalho consistiu no método indutivo de análise qualitativa, com o emprego de estudos bibliográficos acerca da temática. Procurou-se identificar a percepção do Juiz da 2^o Vara Criminal da Comarca de Sorriso/Mato Grosso, Dr. Anderson Candiotto, através de questionário que lhe foi aplicado, no qual se manifestou acerca dos tipos de abusos mais recorrentes registrados no Município de Sorriso, e o aumento relevante desses no período epidêmico ora vivenciado, dentre outras questões. Através da pesquisa científica realizada, restou possível aferir, notadamente em razão dos dados extraídos do sítio eletrônico da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Mato Grosso, nos períodos de janeiro a abril de 2021, que os números dos casos de violência e abuso que chegam ao conhecimento das autoridades, em comparação à quantidade de casos investigados, é ínfimo. No mesmo aspecto, o conteúdo do questionário aplicado ao magistrado da Comarca, demonstra o quão preocupante se apresenta o fator familiar como elemento integrante no processo de violência perpetrado em face de crianças e adolescentes. Da análise final do trabalho, concluiu-se que a temática concernente ao abuso sexual perpetrado contra crianças e adolescentes possui contornos multifacetados, visto que não condicionado à fatores predeterminados, como a situação socioeconômica, cultural e familiar das vítimas que sofrem esse tipo de violência. De acordo com dados estatísticos acionados ao trabalho, trata-se de prática realizada de forma recorrente, independentemente, para a sua concretização, de faixa etária e sexo da vítima.

**ANAIS DA
X MOSTRA CIENTÍFICA
DA FACEM**



**EDUCAÇÃO
FÍSICA**

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PÓS PANDEMIA

Aldericode Oliveira Silva¹; Alexsandro Couto¹; Daniele Giovanelli¹; Larsson Silva¹; João Ricardo Gabriel de Oliveira²

¹Acadêmico(a) do Curso de Educação Física da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

No ano de 2020 a história do mundo ficou marcada pela Covid-19, que causou inúmeros casos e óbitos em todos os continentes do planeta. A inexistência de fármaco ou vacina específica para essa doença de fácil transmissibilidade gerou seu enfrentamento, principalmente via adoção de medidas de etiqueta respiratória e distanciamento social, causando enclausuramento de milhares de pessoas, sobretudo de idosos, que integravam o que ficou conhecido como “grupo de risco” da Covid-19. O estudo teve como objetivo investigar através revisão de literatura sobre os desafios e possibilidades do Profissional de Educação Física pós Pandemia. Utilizou-se os descritores “Covid19”, “pandemia” e “atividade física”, os critérios de inclusão dos estudos foram: 1 - somente estudos o assunto; 2 -pesquisas empíricas; 3 -publicados em língua portuguesa; 4 – Foram consultadas as bases de dados SciELO, periódicos da CAPES e bibliotecas virtuais de universidades. Os estudos foram excluídos quanto: 1 – Estudos que não estavam descritos na íntegra. Ao analisar os diferentes estudos destacamos seguintes resultados importantes: 1–Indivíduo mais ativo favorecem na prevenção e recuperação da Covid-19; 2 – Ainda necessita de estudos mais conclusivos em relação a metodologia aplicada para prescrição do exercício físico; 3 – Fatores psicológicos, benefícios mentais. A pandemia teve um impacto a nível mundial, tanto no aspecto econômico, social e a redução no nível de atividade física. Entretanto as pesquisas vêm demonstrando que as pessoas ativas através do exercício físico, possuem uma contribuição de forma positiva para prevenção de diversas doenças, inclusive contra o Covid-19 e seus sintomas pós-infectado. Os Profissionais de Educação Física terão novos desafios quanto a novas metodologias, prescrição de exercício adaptado, necessita de estudos mais recentes.

**ANAIS DA
X MOSTRA CIENTÍFICA
DA FACEM**



PSICOLOGIA

QUANDO DÓI “DEMAIS”: FATORES COMPLICADORES DO LUTO

Adriana Acosta¹; Lucimara Heming¹; Cristiane Gheno²; Geniffer; Edite Marcon²

¹Acadêmico(a) do Curso de Psicologia da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

Neste trabalho compreendemos que o luto é um fenômeno universal, porém vivenciado de modo singular por cada indivíduo. Dificilmente a pessoa que perde algo com o que possui forte vínculo não sofrerá por esta perda, mas é necessário entender que este sofrimento não necessariamente é patológico ou irá requerer intervenções profissionais. Porém, mesmo diante da singularidade de cada experiência de luto, é possível elencar fatores que podem vir futuramente a complicar este processo e aí sim ocorre, obrigatoriamente, a necessidade de auxílio profissional. O objetivo foi buscar identificar os fatores que contribuem para a vivência do processo de luto, seja ele considerado “normal” ou complicado. A pesquisa exploratória foi de caráter qualitativo, e para a coleta de dados recorreu-se a diversas referências bibliográficas, disponibilizadas em artigos científicos e livros. Um processo normal de elaboração de luto pode envolver sentimentos como tristeza, raiva, culpa, alto senso de consciência da própria morte o que pode possibilitar fobia, solidão emocional e social, desamparo e choque (geralmente em mortes repentinas). Estes sentimentos por mais dolorosos que sejam são condizentes com a perda sofrida e via de regra tendem a ser amenizados e ressignificados com o tempo e à medida que o enlutado recupera sua rotina. Porém, algumas pessoas tem em sua história pessoal fatores que consideramos ser possíveis complicadores de um luto: tipo de vínculo do enlutado com a pessoa que morreu; como a morte ocorreu; distância geográfica da morte; se foi repentina e inesperada; se foi violenta ou traumática; se envolveu múltiplas perdas no mesmo evento; se a morte era evitável; mortes estigmatizadas; mortes não reconhecidas socialmente; inexistência de rituais fúnebres; antecedentes pessoais de perdas; idade, tanto de quem morreu quanto do enlutado; estilo de enfrentamento; o estilo de apego. No luto complicado por vezes os sentimentos são experimentados em tal intensidade e por tanto tempo, que torna a pessoa disfuncional as atividades cotidianas, necessitando assim de tratamento profissional. O luto considerado saudável ou normal, envolve uma variedade de sentimentos e comportamentos típicos após uma perda, mas não necessariamente são motivos de atenção profissional. Porém quando estes mesmos comportamentos dão sinais de que existe prejuízo duradouro ao cotidiano do enlutado, faz-se necessário intervenção especializada. Logo, é importante reconhecer os sinais prévios de que tal processo complicado pode vir a ocorrer e assim intensificar os cuidados com aqueles que sofre a perda de um ente querido.

CUIDADOS PALIATIVOS: LIÇÕES PARA TODOS, LIÇÕES PARA A VIDA

Daiana Bianchin¹; Jéssica Pasquali¹; Jonathan Ariel Roos¹; Cristiane Izabel Gheno²; Geniffer Edite Marcon²

¹Acadêmico(a) do Curso de Psicologia da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

De acordo com a literatura acessada, a visão de cura e alívio de sofrimento perpassa por um contexto histórico em que se baseava em crenças, mitologias e sua forma curativa vinha por meio de arrependimentos e renovação de obediência. No decorrer dos séculos, foi-se aperfeiçoando com os métodos científicos, sendo que na década de 50 e 60 Cicely Saunders aprimorou-se em cuidados paliativos a partir de suas experiências com pacientes terminais, propiciando aos pacientes um atendimento mais humanizado. No Brasil, o professor Marco Túlio de Assis Figueiredo abre cursos sobre cuidados paliativos, dando espaço ao contexto médico, sendo reconhecida como princípio fundamental apenas em 2009. Assim, a prática de dar continência ao sofrimento em detrimento da ideia obstinada de cura para aquelas em que isso não é mais possível de ser alcançado é muito recente na prática dos profissionais de saúde. Por isso a importância de se abordar este assunto neste trabalho. O objetivo do trabalho foi compreender os impactos dos cuidados paliativos na vida do paciente e de sua família, proporcionando uma despedida menos dolorosa para todos os envolvidos no processo, inclusive profissionais da saúde. Utilizou-se recursos de Pesquisa Bibliográfica por meio de artigos científicos, cartilhas e manuais. A construção de uma visão curativa com suas bases teóricas que variaram ao longo da história desde ideias primitivas e místicas até as mais críveis comprovações científicas, foram o norte das ciências da saúde até muito recentemente. Logo, quando um paciente era confrontado com o diagnóstico de doença incurável esse paradigma era ameaçado, contribuindo assim para intensificar o já doloroso processo de aceitação do prognóstico tanto para o paciente, quanto para a família e os profissionais envolvidos. Surge assim, a necessidade de um saber e de um cuidado capaz de acolher esta realidade na busca da melhora da qualidade de vida, alívio da dor e suporte durante todo processo de luto. Diante disso, e com a evidenciada presença de sofrimento psíquico em todos que acompanham pacientes em cuidados paliativos, a presença de um profissional da psicologia faz-se extremamente necessária na busca do acolhimento e do apoio aos envolvidos. Conclui-se que o cuidado paliativo é uma área em ascensão no Brasil, na qual existe necessidade do rompimento do paradigma do modelo médico voltada a prática da cura. Deste modo, por mais que exista um sofrimento instaurado, a atenção do psicólogo pode propiciar uma melhora, possibilitando aumento da qualidade de vida para o paciente, sua família e também para equipe multidisciplinar atuante neste processo, proporcionando maior equilíbrio emocional e tranquilidade durante todo processo.

**ANAIS DA
X MOSTRA CIENTÍFICA
DA FACEM**



TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA

**AValiação DO CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE DIREITO DA FACULDADE CENTRO
MATOGROSSENSE–FACEM SOBRE A MASKNE E SEUS DESENCADEADORES**

Ingrid Dressler Espindola¹; Sibelen Carneiro Marques¹; Arielle Costa Oliveira¹; Jenifer Cristina Vieira¹;
Jéssica Grigoletto²; Juliana Cavaletti²

¹Acadêmico(a) do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

O termo Maskne designa o surgimento de um distúrbio estético similar à acne, causada pelo atrito e abafamento devido ao uso contínuo e frequente da máscara em decorrência a pandemia do Corona vírus 2019 (COVID-19). A Maskne tem sua fisiopatologia muito parecida com a acne mecânica associada ao uso de equipamentos de proteção individual. A Maskne surge devido ao abafamento da área coberta pela máscara, deixando o local quente e úmido, fazendo com que as glândulas sebáceas aumentem a oleosidade da pele, ocorrendo a proliferação bacteriana e resposta inflamatória da pele (TEO, W. 2021). Verificar a incidência da Maskne, após o início da pandemia da COVID-19 nos acadêmicos do curso de Direito da Faculdade Centro Mato-grossense (FACEM). Esta pesquisa foi realizada com caráter quanti-qualitativo, através de uma pesquisa de campo utilizando um questionário com três perguntas fechadas e uma pergunta aberta referente a incidência da Maskne neste período da pandemia da Covid-19 e suas principais causas desencadeadoras. Foram distribuídos 10 questionários tendo como critério de seleção, ser aluno do curso de Direito da FACEM. Os resultados obtidos através do questionário demonstraram que 60% dos acadêmicos notaram o aparecimento da Maskne nesse período de pandemia, e 40% não notaram. Quando questionados se os mesmos acreditam que a higienização do rosto interfere no aparecimento da Maskne, 90% disseram que sim e 10 % disseram que não. Já quando questionados sobre a higienização da máscara interferir no aparecimento da Maskne, 50% dos acadêmicos disseram que sim e outros 50% não acreditar nessa teoria. Apesar de 90% dos participantes associarem a ocorrência da Maskne a má higienização do rosto, e 50% associarem a má higienização da máscara, apenas 1 acadêmico relatou trocar a máscara a cada 3 horas, próximo do prazo recomendado pelos órgãos de saúde. Embora a ocorrência da Maskne seja uma disfunção estética associada aos usuários da máscara, foi possível observar que os participantes, apesar da maioria associar a ocorrência da Maskne com a má higienização da máscara ou do rosto, poucos trocam a máscara no período de 2 a 3 horas. Isso reflete a necessidade de conhecimento acerca do período recomendado pelos órgãos de saúde para a correta higienização da máscara afim de prevenir danos a pele.

**HÁBITOS DE EXPOSIÇÃO AO SOL E USO DE FOTOPROTEÇÃO ENTRE ACADÊMICOS DA
FACULDADE CENTRO MATO GROSSENSE**

Leticia Vitoria Pereira Antunes¹; Daniely Paloma Krebs De Bem¹; Isabela Torquato Paredes¹; Jéssica Grigoletto²; Juliana Cavaletti²

¹Acadêmico(a) do Curso de Tecnologia em Estética e Cosmética da FACEM; ²Professor(a) Orientador(a)

RESUMO

A exposição excessiva e sem proteção à radiação ultravioleta têm sido os principais fatores de risco da carcinogênese de pele. O câncer de pele é o câncer mais frequente no Brasil e no mundo, acomete pessoas de ambos os sexos, que geralmente são expostas em excesso às radiações solares (MOURA et. al, 2016). O uso adequado do protetor solar é extremamente importante, pois ele auxilia a reduzir a chance de desenvolver carcinoma, assim como reduz outros efeitos nocivos da radiação ultravioleta como por exemplo: formação de queimaduras, manchas e envelhecimento da pele (SANTOS et al, 2018). Portanto, o uso de filtro solar torna-se indispensável e se faz necessário compreender as atitudes que influenciam a proteção e a exposição aos raios solares. Analisar os hábitos de foto exposição dos acadêmicos da Faculdade Centro Mato-grossense (FACEM). O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de campo, de caráter quali-quantitativa, aplicada a dez acadêmicos da FACEM de ambos os sexos. O método utilizado para a coleta de dados foi por meio de uma entrevista estruturada composta por 3 questões fechadas e 1 aberta referente a frequência de uso do protetor solar e os possíveis problemas decorrentes da radiação UV e uso inadequado do protetor solar. Após a coleta de dados, foi possível verificar que a maioria dos acadêmicos entrevistados relatam fazer o uso diário do filtro solar, no entanto 40 % dos universitários não têm o hábito de utilizar filtro solar. Quando questionados sobre os danos que a radiação UV pode causar na pele, cerca de 80% responderam câncer de pele, 60% melasma e 40% manchas. Apesar de mais da metade dos entrevistados associar o câncer de pele a radiação ultravioleta, 40% deles relatam não tem o hábito de usar o protetor solar. Quando questionados sobre os motivos de não usar filtro solar, 70%) afirma que é por esquecimento e 30% julgam não achar necessário o uso do filtro solar. Constatou-se que a maioria dos alunos conhecem os riscos da exposição solar, no entanto uma grande parcela não possui o hábito de usar protetor solar. Se faz necessário que os profissionais da saúde, especialmente os esteticistas, alertem e lembrem os acadêmicos da FACEM que quanto maior a exposição solar, maiores as chances de ocorrer um câncer de pele. Desde modo o uso correto de protetor solar diariamente é indispensável, pois ele além de minimizar os efeitos dos raios UV, irá atuar na proteção contra o câncer de pele.

ANAIS DA **X MOSTRA CIENTÍFICA** *DA FACEM*

10^a

MOSTRA
CIENTÍFICA

FACULDADE CENTRO MATO-GROSSENSE



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL
CLAUDINO FRANCIO

